

Gonçalves, Capitão do Porto de Vila do Porto, como representante do Ministério da Defesa Nacional, pela Doutora Solange Martins Cabeças, como representante do Instituto da Água, I. P., e pelo representante do requerente, Sr. Luís António Tavares de Melo Mesquita, a fim de lavrar Auto de Delimitação do Domínio Público Marítimo, com o prédio urbano sito no lugar de Marcela, freguesia de Almagreira, concelho de Vila do Porto, Santa Maria que o requerente Raúl Moutinho de Almeida, diz pertencer-lhe.

A Comissão de Delimitação, dando cumprimento ao parecer n.º 6121, de 25 de janeiro de 2007, relativo ao processo n.º 4440/03, da Comissão do Domínio Público Marítimo, homologado, nos termos do Despacho datado de 22 de março de 2007, pelo Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, em face dos estudos a que procedeu, tanto no gabinete como no campo, e de acordo com os termos constantes das Atas do processo, resolveu fixar a delimitação do domínio público marítimo, segundo a linha poligonal aberta definida pelos vértices 1 a 8, que correspondem ao Sistema de Coordenadas UTM (Fuso 26) Datum de São Brás, indicadas no quadro que se segue e conforme consta da Planta de Delimitação anexa a este Auto:

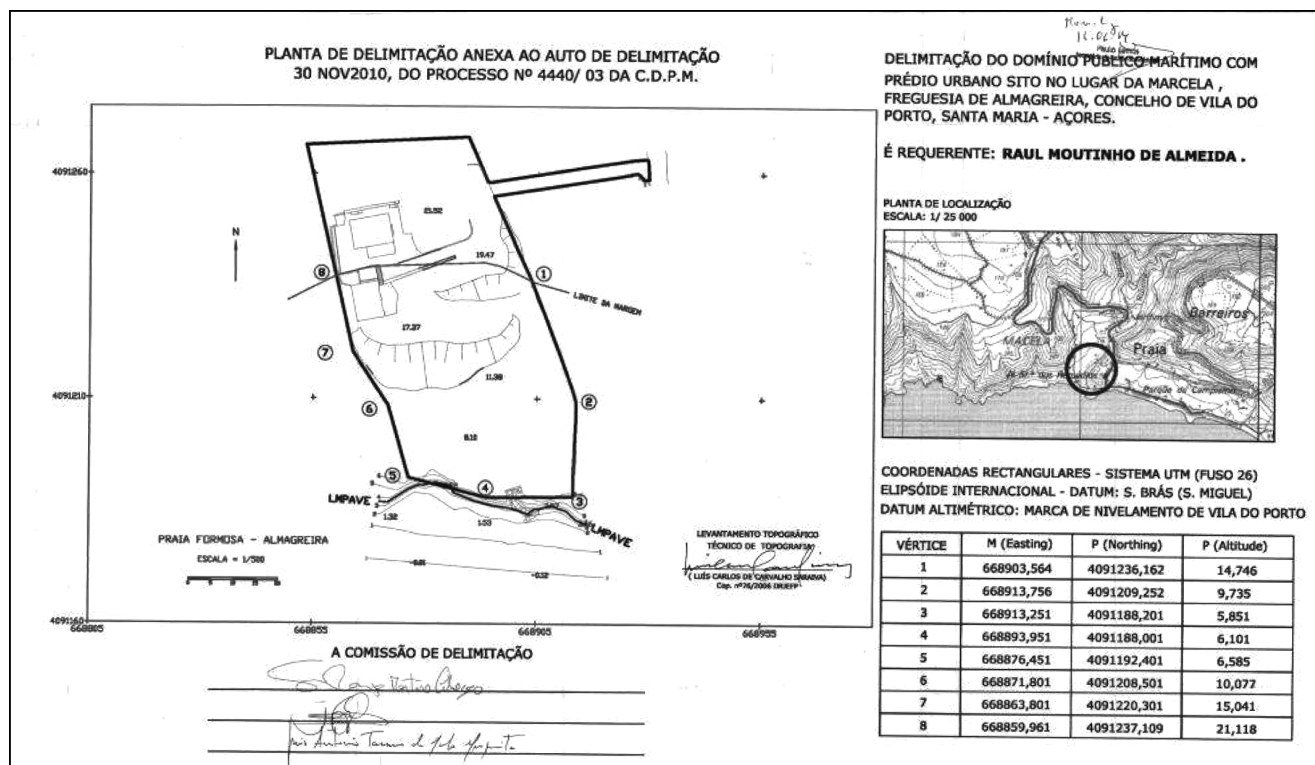
Vértices	M	P	Altitude
1	668903,564	4091236,162	14,746
2	668913,756	4091209,252	9,735

Vértices	M	P	Altitude
3	668913,251	4091188,201	5,851
4	668893,951	4091188,001	6,101
5	668876,451	4091192,401	6,585
6	668871,801	4091208,501	10,077
7	668863,801	4091220,301	15,041
8	668859,961	4091237,109	21,118

O requerente foi alertado para o direito de preferência do Estado, em caso de alienação, face ao disposto no n.º 1 do Artigo 16.º, Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, e para as servidões, limitações e obrigações constantes do Artigo 21.º do mesmo Diploma legal.

E nada mais havendo a tratar, a Comissão de Delimitação deu por findos os seus trabalhos e elaborou, em duplicado, o presente Auto de Delimitação, o qual vai assinado por todos os membros.

João António da Cruz Rodrigues Gonçalves, Representante do Ministério da Defesa Nacional — Solange Martins Cabeças, Representante do Instituto da Água, I. P. — Luís António Tavares de Melo Mesquita, Representante do Requerente.



208108102

Direção-Geral de Energia e Geologia

Aviso n.º 10830/2014

Faz-se público, nos termos e para efeitos do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 88/90, de 16 de março e do n.º 2 do Decreto-Lei n.º 181/70, de 28 de abril, que Iberian Resources Portugal — Recursos Minerais, Unipessoal, L.ª, requereu a ampliação da área denominada Crato-Assumar-Arronches, atribuída por contrato celebrado em 23 de março de 2012 e publicitado em 2 de outubro de 2012 (*Diário da República* n.º 191, 2.ª série) para direitos de prospeção e pesquisa de ouro, prata, cobre, chumbo, zinco, terras raras e minerais acessórios.

A poligonal da ampliação, cujos vértices se indicam seguidamente, em coordenadas no sistema (European Terrestrial Reference System 1989) PT-TM06/ETRS89, localiza-se nos concelhos de Alter do Chão, Crato, Monforte e Portalegre.

Área total do pedido de ampliação de área: 101,557 km²

Vértice	X (m)	Y (m)
1	54588,591	- 54661,963
2	46360,617	- 53213,125
3	41357,587	- 49878,240
4	45182,927	- 42603,216
5	45966,422	- 42584,202
6	47832,439	- 44164,157
7	51557,450	- 46029,075
8	51657,470	- 47172,066
9	55547,176	- 48803,683
10	55547,206	- 50443,972

Convidam-se todos os interessados a apresentar reclamações nos termos do n.º 4 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 90/90, de 16 de março, por escrito com o devido fundamento, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação do presente Aviso.

O pedido está patente para consulta, dentro das horas de expediente, na Direção de Serviços de Minas e Pedreiras da Direção-Geral de Energia e Geologia, sita na Av.ª 5 de Outubro, 87-5.º Andar, 1069-039 Lisboa, entidade para quem devem ser remetidas as reclamações. O presente aviso e planta de localização estão também disponíveis na página eletrónica desta Direção-Geral.

20 de junho de 2014. — O Diretor-Geral, *Pedro Henriques Gomes Cabral*.

307908147

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO MAR

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P.

Deliberação (extrato) n.º 1816/2014

Considerando que:

Em 1 de julho de 2012 entrou em vigor o Decreto-Lei n.º 135/2012, de 29 de junho, que aprovou a Lei Orgânica do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P., tendo os seus estatutos sido aprovados pela Portaria n.º 353/2012, de 1 de outubro, e ainda criadas as unidades flexíveis pela deliberação n.º 287/2013, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 23, de 1 de fevereiro, e pela deliberação n.º 1122/2013, alterada pela deliberação n.º 1124/2013, ambas publicadas no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 97, de 21 de maio;

A Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, estabelece que o exercício de cargos dirigentes pode ser exercido, em regime de substituição, nos casos de vacatura de lugar;

Assim, ao abrigo do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, e no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, ambas na sua redação atual, o Conselho Diretivo deliberou, por unanimidade, nomear, no cargo de Diretora do Departamento de Gestão e Produção Florestal, em regime de substituição, por urgente conveniência de serviço e com efeitos reportados a 01 de agosto de 2014, a Eng.ª Maria da Conceição Laires Cortes Figueiredo Ferreira, técnica superior do mapa de pessoal do ICNF, I. P., a qual reúne os requisitos legais e é detentora de aptidão técnica para o exercício de funções de direção e de coordenação.

17 de setembro de 2014. — O Vogal do Conselho Diretivo, *João Rosa*.

Nota curricular

Departamento de Gestão e Produção Florestal

Nome: Maria da Conceição Laires Cortes Figueiredo Ferreira
Data de nascimento: 8 dezembro 1958
Habilitações académicas:

Licenciatura em Silvicultura, opção Gestão dos Recursos Naturais, Instituto Superior de Agronomia, janeiro de 1985.

Atividade profissional:

De 20 novembro 2012 até à data — Chefe de Divisão de Gestão florestal, do ICNF, I. P., em regime de substituição;

De 1 setembro a 19 novembro 2012 — Chefe de Divisão para a Intervenção Florestal, da Ex- Autoridade Florestal Nacional, em substituição;

Novembro 2007 a setembro 2012 — técnica superior da ex-Autoridade Florestal Nacional (na área do planeamento florestal e relações internacionais);

Março de 2007 a 15 novembro de 2007 — Diretora de Serviços de Planeamento, Organização e Informação Florestal da ex-AFN, em substituição;

Junho de 2004 a fevereiro de 2007 — Diretora de Serviços de Estratégia e Política Florestal, da ex-Direção Geral dos Recursos Florestais, em comissão de serviço. Membro do Conselho Administrativo da DGRF (2004-2005);

Maio de 1997 a maio de 2004 — Chefe de Divisão de Relações Internacionais, da ex-Direção Geral das Florestas, em comissão de serviço;

Dezembro de 1989 a 1 maio 1997 — Técnica superior da ex-Direção Geral das Florestas e ex-instituto Florestal (nas áreas de planeamento florestal e de defesa da floresta contra incêndios);

Março de 1985 a novembro de 1989 — Tarefa e bolsa de ex-JNICT (bolsa de especialização técnica), em projetos de investigação

na área do desenvolvimento de modelos de crescimento e produção de espécies florestais, no Departamento de Engenharia Florestal do Instituto Superior de Agronomia.

Experiência profissional relevante

No âmbito das funções e cargos dirigentes exercidos na Administração Pública, desenvolveu atividades nas áreas de: planeamento e gestão florestal, acompanhando estratégias, programas e planos de âmbito florestal; interação de outras políticas sectoriais com a política florestal, com especial ênfase para o ordenamento do território, as alterações climáticas, a energia e o desenvolvimento rural; instrumentos de apoio ao setor florestal, nomeadamente como coordenadora de grupo interno da ex-DGRF para a preparação do Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Agrícola e Rural e do Programa de Desenvolvimento Rural para o Continente 2007-2013; inventário florestal; assuntos Internacionais relacionados com o setor florestal; incêndios florestais e modelos de produção.

Foi nomeada para representar os serviços e o país em órgãos de governo de organizações internacionais de cariz florestal, chefiando ou integrando a delegação nacional a numerosas reuniões internacionais e comunitárias, incluindo nas presidências portuguesas da UE de 2000 e 2007; foi designada para vários grupos de trabalho e júris de concursos e participou como oradora e moderadora em seminários e conferências, a nível nacional e internacional. Desempenhou cargos, por eleição, em órgãos de organizações internacionais: Presidente e Vice-presidente da Comissão Europeia das Florestas da FAO (de outubro 2004 a outubro de 2011), Vice-presidente do Comité Florestal da FAO (2009-2010) e Vice-presidente do Fórum das Nações Unidas sobre Florestas (2002-2003).

Formação complementar relevante

Ação de formação sobre “Novo Modelo de Avaliação do Desempenho dos Funcionários Públicos”

Curso “Da formulação à implementação da estratégia”

208105892

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Gabinete do Secretário de Estado da Saúde

Despacho n.º 12001/2014

1 — Considerando a proposta do Diretor Executivo do Agrupamento de Centros de Saúde do Ave — Famalicão e o parecer favorável do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do Norte, I. P., autorizo o exercício de funções médicas pela aposentada Maria Isabel Robalo Cruz Espinho Pereira da Silva, nos termos e para os efeitos do estatuído no Decreto-Lei n.º 89/2010, de 21 de julho, em particular, nos artigos 4.º, 5.º e nos números 4 e seguintes do artigo 6.º.

2 — O presente despacho produz efeitos a 01 de agosto de 2014.

19 de setembro de 2014. — O Secretário de Estado da Saúde, *Manuel Ferreira Teixeira*.

208108151

Despacho n.º 12002/2014

1 — Considerando a proposta do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E. P. E., e o parecer favorável do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., autorizo o exercício de funções médicas pela aposentada Arandina Maria Abrantes Loureiro, nos termos e para os efeitos do estatuído no Decreto-Lei n.º 89/2010, de 21 de julho, em particular, nos artigos 4.º, 5.º e nos números 4 e seguintes do artigo 6.º

2 — O presente despacho produz efeitos a 01 de fevereiro de 2014.

19 de setembro de 2014. — O Secretário de Estado da Saúde, *Manuel Ferreira Teixeira*.

208107577

Administração Central do Sistema de Saúde, I. P.

Aviso n.º 10831/2014

Faz-se público que, por deliberação do Conselho Diretivo da Administração Central do Sistema de Saúde, IP, datada de 10 de setembro de 2014, foram nomeados os júris da especialidade de Imuno-hemoterapia, no âmbito do Procedimento concursal nacional de habilitação ao grau